



Revista  
de Psicologia  
ISSN 2179-1740

## REFLEXÕES SOBRE O RACISMO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: UM OLHAR EXISTENCIALISTA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO

*REFLECTIONS ON RACISM IN CAMPOS DOS GOYTACAZES: AN EXISTENTIALIST  
VIEW ON DECOLONIZATION*

Kenia Soares Maia<sup>1</sup>  
Maria Helena Navas Zamora<sup>2</sup>  
Rachel Fontes Baptista<sup>3</sup>

### Resumo

O artigo aborda manifestações do racismo na cidade de Campos dos Goytacazes a partir de uma leitura existencialista. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de autores que historicizam a relação da escravidão com o racismo contemporâneo e a importância desta relação na constituição do racismo. Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon são os principais autores que embasam essa escrita, a partir de suas reflexões sobre o racismo e o colonialismo. A liberdade como uma proposta de experiência e a diferenciação deste conceito dos pressupostos neoliberais também são interesses deste trabalho.

**Palavras-chave:** Racismo; Existencialismo; Liberdade; Desalienação; Meritocracia; Campos dos Goytacazes.

### Abstract

Reflections on racism in Campos dos Goytacazes: An existentialist view on decolonization. The article discusses racist manifestations in the city of Campos dos Goytacazes from an existentialist reading. A bibliographical research was carried out by authors who historicize the relation of slavery with contemporary racism and the importance of this relation in the constitution of racism. Jean-Paul Sartre and Frantz Fanon are the main authors that support this writing, from their reflections on racism and colonialism. Freedom as a proposal of experience and the differentiation of this concept from neoliberal presuppositions also interest of this work.

**Keywords:** Racism; Existentialism; Freedom; Desalienation; Meritocracy; Campos dos Goytacazes.

<sup>1</sup> Departamento de Psicologia, UNESA (Universidade Estácio de Sá), Rio de Janeiro, Brasil. Este trabalho é financiado pela UNESA com Bolsa de Pesquisa. Email: kenia.soares@gmail.com

<sup>2</sup> Departamento de Psicologia, PUC-RIO (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, R.J., Brasil. Email: Zamoramh@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-2929-3268>

<sup>3</sup> Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – Brasil, em co-orientação com o Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social (Universidade de Coimbra), Bolsista CAPES. Email: rachelbta@gmail.com

“O homem branco, branco porque era homem, branco como o dia, branco como a verdade, branco como a virtude, iluminava a criação qual uma tocha, desvelava a essência secreta e branca dos seres” (Sartre, 1960, p. 105).

## INTRODUÇÃO

Racismo é um sistema de dominação de um grupo humano sobre outro a partir do conceito de raça (Santos, 1984). Compreendemos raça enquanto um construto sociohistórico, que a partir do Séc. XIX com o surgimento das teorias científicas acerca das diferenças entre os grupos humanos e suas características fenotípicas, associam o conceito de raça a uma hierarquia de capacidades. No topo dessa hierarquia está a raça branca, a que apresentaria, segundo a teoria das raças, as mais evoluídas características e considerada como o modelo de humanidade; a que possuiria os melhores atributos intelectuais, físicos e morais, qualificando-a para assumir postos privilegiados nas relações de poder entre os povos. Tais teorias legitimaram as práticas colonizadoras europeias - hegemonicamente branca - nos países, principalmente, africanos, asiáticos e americanos. Após o período colonialista, mais especificamente na segunda metade do Séc. XX, a ciência demonstra a inexistência de raças humanas, porém os efeitos sociais do racismo permanecem na atualidade. Ainda segundo Santos (1980) raça não existe, mas o racismo sim. Foram as teorias, mas permanecem as práticas e discursos.

O pensamento de Sartre (1960) traz importantes referências para analisarmos o racismo. Suas reflexões acerca do racismo e do antissemitismo apresentam uma certa proximidade, sendo que, para ele o antissemitismo e o racismo são uma escolha, uma paixão. Segundo Chauí (2000) a paixão é uma atividade de pensamento que se opõe à razão, ela é uma passividade, uma obscuridade que nos ofusca a atividade de conhecimento. Podemos entender o racismo e o antissemitismo como efeitos de paixões, de ideias obscuras e obscurecedoras da consciência. Ela é uma escolha por ser um padrão que se adota, que se adquire e que se naturaliza, blindando o sujeito em relação a sua própria responsabilidade.

A escolha de um falso raciocínio se deve a uma certa fuga da experiência angustiada de quem não se refugia na impermeabilidade. “Mas há pessoas que se sentem atraídas pela permanência da pedra (Sartre, 1960, p. 12). Há um desejo de serem impermeáveis ao contato com a diferença, com o estranho e evitam serem convocadas ao transitório e ao múltiplo. Disso deriva a ideia de imutabilidade, de homogeneidade, o que nos traz à memória a ideia de inatismo. A busca pelas permanências, pela essência do que é, foi, e sempre será; a ânsia pela imortalidade e por que não dizer, pelo privilégio, pois este último, certamente acarreta em conservação, em preservação de bens e de posições de poder. O mais do mesmo por uma vida estável, segura, correta e moral. “Apenas uma forte prevenção sentimental pode dar uma certeza fulgurante, apenas ela pode manter o raciocínio a parte, apenas ela pode permanecer impermeável à experiência e subsistir por toda uma vida” (1960, p. 13).

A paixão é garantidora dessa falsa paz, dessa pérfida constância em que se estabelece o ódio pela multiplicidade e pela diferença. Na diversidade encontra-se o germe da tormenta. O homem busca por séculos uma forma verdadeira e pura de produzir conhecimento, porém, na paixão os homens/pedra encontram-se refugiados do pesadelo da angústia de se perceberem múltiplos. A paixão é a irracionalidade pura; através dela o homem se reveste e se enverniza de falsas ideias, produtoras de segregação e sentimentos inumanos, o que pode legitimar ações de ataque à vida.

Na contramão do pensamento imerso na paixão vimos surgir, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, após a Segunda Guerra Mundial. Ela nasce da intenção de advertir as lideranças, nas relações entre os povos, no que tange à preservação da vida e ao fim da tortura e do sofrimento produzidos pelas paixões. Sob a perspectiva da paixão, essa preocupação é desnecessária, pois, por que falar de Direitos Humanos se a “fé” e o ódio bastam para garantir a paz? Todavia, pensar em Direitos Humanos é desconcertante, desfoca o olhar do por-si em direção ao para-si-com-o-outro. No olhar fascista, esse outro não é reconhecido como igual e nem pode ser, pois no reconhecimento dessa alteridade, ocorre o esvaecimento do plano de certezas e garantias, que falsifica-se em meio a razão. A produção de conhecimento contemporânea, enquanto ferramenta de reflexão crítica sobre os vetores que desenvolvem as paixões genocidas, aponta para a importância de se incluir as “reflexões sobre o racismo” no pensamento da Psicologia, também na perspectiva fenomenológico-existencial.

Este trabalho foi desenvolvido como parte de uma pesquisa bibliográfica sobre a experiência do racismo na cidade de Campos dos Goytacazes, devido ao seu importante aspecto histórico. Essa cidade foi uma das maiores concentrações de população negra do Estado do Rio de Janeiro durante todo o período colonial e pós-colonial. Procurar compreender o racismo é uma preocupação com relação aos seus efeitos nocivos na população negra e também, embora não na mesma proporção, na branca (Schucman, 2014; Maia & Zamora, 2017). A seguir, será feita uma análise do racismo a partir da perspectiva existencial de Jean-Paul Sartre (1960) e também da proposta descolonial de Frantz Fanon (1968, 2008) - autores que, além de colaboradores, analisaram a relação da propriedade, principalmente da terra, com o racismo.

## **RACISMO NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

O Brasil foi o maior comprador mundial de escravizados, sendo responsável por quarenta por cento dos africanos comercializados no período do tráfico negreiro (Gouvêa, 2016). A maioria foi trazida para o Rio de Janeiro para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar e Campos dos Goytacazes foi a maior produtora de açúcar e o maior centro econômico da região (Ribeiro, 2001). Campos dos Goytacazes teve a terceira maior população escrava do Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XVIII (Lara, 1988; Ribeiro, 2012 & Monnerat, 2012). Tais fatores culminaram em uma significativa concentração populacional de negros. Em 1836 59,2 % da população da cidade era de escravizados - 21.123 livres e 30.595 escravos (Soares, 2010, p. 76).

A planície de Campos, que geograficamente inscreve a cidade em uma horizontalidade, não estabeleceu historicamente a mesma relação entre a população branca e não branca, incluindo também nesse contexto os grupos de descendência indígena como os Goytacás. A imensa população de escravizados que formava a cidade e as forças que traziam o desmonte do sistema escravocrata como: o Movimento Abolicionista, a Industrialização e o Liberalismo, provocaram a iniciativa dos grandes latifundiários a iniciarem a libertação dos negros escravizados. O medo das rebeliões e resistências da população negra, que explodiam na região no início do século XIX, também pressionou os proprietários de escravos a proporem formas de libertarem os negros, porém sem perdê-los como mão de obra.

As rebeliões dos escravos foram intensas no período que antecedeu a abolição da escravidão em Campos. Segundo Lima (1981), a cidade foi um dos grandes focos de rebeldia negra do Império. Como exemplo, a autora descreve algumas como: em 1855, na região de Nossa Senhora da Natividade do Carangola; em 1861 na fazenda Padre Antônio Gonçalves Nunes, também em Carangola; em 1873 foram registrados ataques a proprietários, como os

da Fazenda Boyanga e a D. Ana Joaquina Carneiro Pimenta. A senhora, conhecida pela piedade e generosidade com os pobres da cidade, em casa torturava suas escravas com palmatória e chicotadas e acabou morta pelas mesmas. Temos também a presença de quilombos como o de Loanda, que foi o mais temido pelas autoridades policiais da época.

Luiz Carlos Lacerda foi o grande líder abolicionista da cidade, filho de família de profissionais liberais e “letrados”, foi o grande mediador entre as lutas dos negros e os processos de legalização da libertação dos escravos. Defendeu a rebeldia negra por considerá-la justa contra a miséria da escravidão, mas não deixando de alertar a burguesia em ascensão, sobre os riscos que corria ao manter a população negra sobre o regime escravocrata.

Foi com extrema dificuldade que a escravidão foi deixada, pois a monocultura da cana-de-açúcar era ainda a maior produção da região. Os senhores de escravos entendiam a abolição como uma ofensa ao direito à propriedade, o que significa perda de capital, desrespeito ao privilégio da posse, do poder sobre a terra e sobre os negros. Quando perceberam que não poderiam evitar o abolicionismo, alforriavam os escravos para mantê-los trabalhando em condições iguais à escrava.

Apesar da Lei Eusébio de Queiroz de 1850, o tráfico de escravos se mantinha ativo por meio da neutralização da fiscalização, que na lógica escravocrata, só reafirmou a desqualificação e exploração do negro. No fim do período imperial e na passagem para o republicano, as usinas que, ao longo do tempo foram se modernizando, cada vez mais dispensavam a mão de obra negra, que começava a ser parte de uma multidão de pessoas sem lugar, sem utilidade e sem trabalho (Ribeiro, 2001). A partir de 1830, iniciou-se a imigração síria e libanesa para a região, o que significou a vinda de operários brancos estrangeiros para substituir a mão de obra negra (Moretto, 2009).

Após a abolição da escravidão em 1888 o desafio em todo o território brasileiro foi o de definir o que fazer com o grande número de negros numa sociedade que ascendia industrialmente e almejava ser realmente um Estado/Nação. O objetivo do Estado e seus legisladores na passagem do séc. XIX (Império) para o XX (República) era alcançar o status de nação moderna e para isso deveria embranquecer, pois um povo mestiço era sinal de um país fraco e sem chances de desenvolvimento (Maia e Zamora 2018). A mão-de-obra ex-escrava não foi aproveitada pela indústria, por ter sido de característica rural e agrícola por séculos. Foi considerada inábil e incapaz para o manuseio de máquinas e isso incluiu a produção açucareira. Dos engenhos aos engenhos a vapor e finalmente às usinas, de forma semelhante em todos os locais de cultura escravocrata, o negro ficou obsoleto e indesejado. Um empecilho ao desenvolvimento do Brasil e de sua modernização em função das teorias raciais do Racismo Positivista em crescimento na época (Maia e Zamora, 2018).

Segundo Gouvêa (2016), no século XX, o latifúndio açucareiro na cidade de Campos passou por um processo de concentração fundiária e participação de investimentos estrangeiros. Com a queda da produção de açúcar o momento mais forte economicamente se deveu ao Proálcool. A Usina de Novo Horizonte foi o maior produtor de álcool, contudo, com o desinvestimento do programa, a usina tornou-se uma terra improdutiva e foi arrendada pelo Estado. Em 2005 foi iniciado o programa de Assentamentos de Novo Horizonte e legalização de territórios quilombolas, que têm regimentos diferenciados em relação ao conceito de posse, sendo que, o território quilombola não dá posse individual e sim coletiva, mas o território é de posse, já o assentamento, é uma concessão dada a determinado produtor individual que para manter sua terra deverá provar que ela é produtiva.

A relação entre posse de terras e racismo é de suma importância na cidade de Campos, pois ao longo da história descrita anteriormente podemos compreender que, apesar de ter composto a maioria da população da cidade,

o negro até os dias atuais luta por seu direito de pertencimento ao território campista. As consequências dessa persistente história escravocrata estão presentes no cotidiano atual.

## **JEAN-PAUL SARTRE E FRANTZ FANON: O EXISTENCIALISMO E A DESCOLONIZAÇÃO.**

Sartre (1905-1980) filósofo francês, viveu durante as duas grandes guerras mundiais. Atuante como escritor, professor e pesquisador das obras de Edmund Husserl, Soren Kierkegaard e Martin Heidegger, Sartre foi convocado pelo exército francês para servir na Segunda Guerra Mundial como meteorologista. Em 1940 é preso pelo exército alemão e levado para o Campo de Concentração de Trier onde fica cerca de um ano. Retorna a Paris e reencontra sua companheira Simone de Beauvoir, com quem viveu por cinquenta anos. Juntos escrevem suas obras sobre o fascismo, o antissemitismo e Beauvoir dedica-se ao feminismo e à filosofia.

Depois de sua experiência no campo de concentração, Sartre aproxima suas ideias da política e dedica-se a pensar uma filosofia do engajamento e da crítica aos modos de dominação. Sua filosofia existencialista afirma uma prática política em que escrever é um ato de transformação existencial e social.

Frantz Fanon (1925-1961) conhecido por sua militância revolucionária, nasceu na ilha da Martinica. Era um homem carismático, de grande coragem, lutou junto às forças de resistência no norte da África e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Estudou Psiquiatria e Filosofia na França e dirigiu o Departamento de Psiquiatria do Hospital Blida-Joinville na Argélia, hoje chamado de Hospital Frantz Fanon. Tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, entrando na lista de procurados pela polícia em todo o território francês, metrópole e colônias. Morreu de pneumonia em 1961, em Maryland, EUA, com apenas 36 anos de idade, enquanto buscava tratamento para a sua leucemia.

A amizade literária entre Fanon e Sartre é demonstrada nas obras de ambos (Sartre, 1960 & Fanon, 1968, 2008), sendo que as ideias de Fanon sobre os efeitos violentos da colonização, interferiram significativamente no posicionamento de Sartre contra a permanência da França no território argelino e em relação às práticas colonizadoras. O pensamento de Sartre e de Fanon é importante para a desconstrução do racismo, partindo do conceito de desalienação, a que ambos referem-se em seus escritos.

Sartre (1960) mostrou que as ideias de padrão racista se produzem através da escolha pelo ódio e pela mediocridade intelectual. Mas outro fator relevante acerca do racismo é a ligação com a relação da burguesia com a propriedade. Segundo o autor, as elites têm uma séria dificuldade de conceber formas modernas de relação com a propriedade, assim sendo, tentam manter os modos tradicionais de relação com a mesma, tais como: a herança e o tradicionalismo patriarcal e concepções antigas de posse (1960, p. 16). Desta forma, um judeu que se organiza economicamente longe de Jerusalém, ou um africano escravizado, trazido de seu país violentamente, nunca terá direito à propriedade, pois não “pertence” àquele território, não possui ancestralidade que lhe assegure o direito à mesma, porém os europeus que se apropriaram das terras ameríndias, por exemplo, podem sentir-se proprietários dessas terras, através da desapropriação dos seus nativos. A burguesia mercantil europeia do período colonial e da expansão marítima está incluída nesse grupo de elites burguesas, que se apoiaram nas teorias e práticas racistas para legitimar a extorsão e apropriação de terras de homens não europeus.

Fanon (2008; 1968) em sua análise sobre os efeitos colonizadores na subjetividade do colonizado, dialogando com o pensamento de Sartre, afirma que quem produz a falsa inferioridade do colonizado é o colonizador, pois ele precisa da sua pretensa superioridade para dominar territórios, corpos e capital. Sartre (1960) refere-se ao antissemita de modo semelhante: é o antissemita que produz o judeu, é ele que o define e que faz dele o que “é”. A sociogênese das relações de dominação são produtoras de subjetividade, e nesse coengendramento de formas e forças de dominação, resistências e lutas que se dão as singulares formas de subjetivação. A sociogênese proposta por Fanon (2008) posiciona-se contrariamente aos modos de concepção do sujeito a partir de uma raiz universal, determinista e biologizante. Inversamente à perspectiva da filogenia da passagem do século XIX para o XX e também à ontogenia individualizante da psicanálise, ele propõe uma sociogenia, que percebe o sujeito se constituindo nos processos políticos, nas produções de saber, nos modos de produção e nas lutas coletivas.

Em diálogo com Sartre, podemos destacar que a sociogênese proposta por Fanon estabelece o contexto que delinea a estrutura de escolha, reconhecendo no ambiente a gênese das patologias. O sofrimento psíquico não estaria localizado em algo endógeno do sujeito, do colonizado ou do escravizado, mas sim produzido pela violência colonizadora. Esta violência sistematizada por práticas racistas constituem a estrutura de escolha. Desse modo, a partir das relações de dominação e poder não são oferecidas condições igualitárias para todos os povos ou grupos humanos. O que torna desigual uma estrutura de escolha (Sartre, 1943/2007) pode ser compreendido através do domínio desigual das técnicas, ou seja, se o branco tem maior poder sobre o manejo e criação de técnicas, ele estabelece, cria e determina o sentimento de pertencimento (1943/2007, p. 629).

Um sistema de significações e de sinais está impresso nas coisas, na exterioridade; são sinais de conduta que nos concerne diretamente. Atravessar a rua numa faixa de pedestres, por exemplo, é um modo de usar, um modo de ser-no-mundo. Esses sinais restringem a liberdade, pois foram produzidos sócio-historicamente, já estavam lá antes de qualquer possibilidade de escolha e são constituintes, ou seja, definem parte a experiência do ser-no-mundo e nesse contexto a liberdade escapa; há um estado de coisas que se impõe. Dizemos que a liberdade do ser-no-mundo escapa porque não somos determinados por nenhum aspecto de forma totalitária, somos múltiplos e em processos de constituição constantes. No domínio dos sinais, de técnicas e significações determina-se o grau de pertencimento: “Não resta dúvida que pertencer a um mundo habitado tem o valor de um fato” (1943/2007, p. 627).

Trata-se sempre do ser-no-mundo-na-presença-dos-outros e está claro que a presença dos outros implica em uma dinâmica de poder. Falar uma língua estrangeira, na experiência de refúgio, por exemplo, é fundamental, mas aumentar o grau de pertencimento é mais que aprender a gramática e o vocabulário. Pode ser que esse domínio nunca seja suficiente e que esse grau de pertencimento nunca seja igualitário, pois os sinais que determinam o pertencimento passam também por uma relação de propriedade. O direito à propriedade, no caso dos negros, é uma questão antiga e permanece até os dias atuais, pois o negro nascido no Brasil, ainda não é reconhecido com o grau de pertencimento e de domínio de técnicas de manejo dos sinais como o branco. Ambos surgem no Brasil como estrangeiros, porém, um como colonizador e outro como violentado e expropriado de seu lugar, de seu plano de sentido e de existência. A conquista de um território quilombola ou um assentamento por parte desses descendentes de negros escravizados na cidade de Campos dos Goytacazes é uma forma de compreendermos as relações entre propriedade e pertencimento.

Falamos de racismo implica-nos em abordar o colonialismo necessariamente. O que é colonizar? Arantes (2011) ao analisar as ideias de Sartre sobre o racismo e sua amizade com Fanon, aponta que os processos subjetivos

que acontecem no caso do colonialismo e do racismo se diferenciam demasiadamente da alienação do proletariado, pois no caso do colonizado ocorre uma desumanização, opressão e violência colonial (2011, p. 300). O acultramento é uma das técnicas de dominação do colonizador, que exige que o colono esqueça-se de suas tradições, crenças e costumes, A língua imposta é outra força de dominação violenta, pois deve esquecer sua língua e aprender a língua do colonizador; esta é a única oficial nesta relação. O trabalho forçado extenuante acaba por desabar qualquer integração possível, ainda no nível subjetivo, do mesmo modo que a tortura pode levar qualquer ser humano a se perder psiquicamente; são violências que atuam como ataques à saúde mental. A ideia é de que o escravo torne-se um ser a esmo, inexistente, não há o para-si, ele é destruído. Há um ataque ao processo de totalização e por isso podemos perceber a escravidão e o racismo como experiências diferenciadas da alienação.

A colonização no Brasil foi um processo violento em prol do capital, do acúmulo de riquezas da exploração do território roubado e às custas de mão-de-obra escravizada e torturada por cerca de três séculos - a escravidão mais duradoura da história da humanidade. É impossível não percebermos os efeitos dessa realidade em nossos negros e brancos; os negros como os descendentes que herdaram esse fardo e os brancos que mantêm seus privilégios a qualquer custo (Maia, Zamora, 2018; Schwarcz, 1993; Vergne, Vilhena & Zamora, 2015).

“De um extremo ao outro da terra Assim, os negros, separados pelas línguas, pela política e pela história de seus colonizadores, têm em comum uma memória coletiva. (...) quando o negro se volta sobre sua experiência fundamental, esta se revela de pronto em duas dimensões: é ao mesmo tempo a apreensão intuitiva da condição humana e a memória ainda fresca de um passado histórico” (Sartre, 1986, p. 140).

## **RACISMO, ESTRUTURA DE ESCOLHA E LIBERDADE EM SITUAÇÃO.**

Sartre (2002) após sua experiência em campo de concentração nazista, toma posicionamento crítico acerca da metafísica e do subjetivismo psicanalítico. A partir do seu conhecimento sobre o marxismo e sua crítica ao pensamento dialético, propõe uma filosofia do engajamento, que seria a necessidade dos pensadores analisarem situações concretas, criando um vínculo direto com as lutas sociais e políticas de seu tempo (Schneider, 2006). A potência do termo situacional se dá no atravessamento de experiências violentas de Sartre em função da vigência do nazismo na Europa, e de uma possibilidade de perceber a liberdade enquanto um construto também social e não só individual. A liberdade deixa de ser imaginária, metafísica, e passa a ter consistência; situada historicamente e comprometida com a ação.

O método progressivo-regressivo proposto por Sartre, entende o individual a partir de sua história e a contemporaneidade a partir da vivência de grupos e sujeitos. Sob influência da psicanálise e do pensamento marxista, Sartre propõe um método de análise em que o homem possa ser lido a partir de processos vivenciais, coletivos, políticos e existenciais.

Pensar o racismo enquanto uma experiência terrível e produtora de sofrimento pode nos remeter ao conceito de liberdade enquanto uma possibilidade de reversão desses efeitos, porém a concepção de liberdade não pode ser confundida com ideias como a de meritocracia, por exemplo. Segundo Silva (2017), mérito é causa e efeito de uma ação individual, que no atual neoliberalismo norteador das relações econômicas, políticas e sociais, define as experiências de sucesso, de alcance e de benesses como uma conquista determinada apenas pelo esforço do sujeito. Tal ideal desloca a percepção do homem na direção do isolamento e da responsabilidade, de forma

descontextualizada dos outros aspectos constituintes da subjetividade, além de desresponsabilizar o estado e os operadores econômicos, de mercado de trabalho, de saúde e de produção de conhecimento da responsabilidade sobre a gerência da vida.

## LIBERDADE E RESPONSABILIDADE NA CONTRAMÃO DA MERITOCRACIA.

Na continuidade da breve análise do que Sartre propõe por liberdade e responsabilidade no estudo do racismo, é preciso fazer as distinções apropriadas com a ideia de meritocracia. Uma questão polêmica, que pode ilustrar o assunto em foco é a ideia de cotas raciais. Chauí (2014), ao analisar a relação entre as cotas raciais e a ideologia da meritocracia, oferece a análise da situação precária em relação à educação a que o negro sempre foi submetido. Em função do desamparo estrutural e histórico em que o estado brasileiro deixou a população negra ao longo de séculos, se faz necessário uma política afirmativa, que introduza de fato essa população nos territórios da educação superior. Políticas afirmativas são um modo de responsabilização do estado acerca do abandono da população negra no que se refere à educação gratuita e de qualidade, por exemplo – direito constitucional – que nunca esteve ao alcance desse grupo. Contudo é recorrente o discurso ideológico da meritocracia nos debates contra as políticas de cotas, o que Silva (2017) considera o principal impedidor do projeto de desenvolvimento de igualdades proposto por essa política para negros nas universidades brasileiras.

A liberdade para Sartre, ao contrário da ideologia da meritocracia, é situada historicamente e contextualizada a partir das relações de poder que se apresentam como um campo de possibilidades para o sujeito. Ser livre para escolher é ter que situar-se em um plano que delinea a estrutura de escolha, por isso há sempre uma liberdade que escapa. O sujeito sócio histórico está inserido em um plano de significações, técnicas e sinais que estão associados à língua, crenças, cultura, costumes, além dos processos políticos, que em coengendramento produzem o sentimento de pertencimento. Há um estado de coisas que se impõe e que delinea os modos-de-ser-no-mundo e os modos-de-se-com. O sujeito pertence ao território em que se encontra no domínio desse jogo, na medida em que está inserido nesses códigos, que o tornam parte de um território existencial e material - o Ser-no-mundo-em-presença-dos-outros. A estrutura de escolha, os processos sócio-históricos e o pertencimento constituem a liberdade, que é situacional; há sempre uma liberdade que escapa.

O meritocrata inscrito no código do “faça por si mesmo”, alienado de sua condição coletiva e política, produz o racismo tanto quanto o que escolhe o ódio e a mediocridade. Somos livres até mesmo para sermos alienados, assim como somos livres para sermos racistas. Para Fanon (1968), podemos encontrar um elo na atenção que deram ao processo de desalienação, porém tal processo se dá diferentemente entre brancos e negros.

O branco deve assumir a responsabilidade na reprodução da desigualdade gerada pelo racismo e pelo seu próprio racismo. Deve estabelecer o contato com seus privilégios e abrir mão deles. A desalienação do branco se dá no momento em que assume seu lugar histórico de privilegiado, de opressor e colonizador. Deve estar atento às minúcias do cotidiano que reescreve a biografia infame e torturante do racismo, estancar a desigualdade que impõe ao negro a situação de subalternização e precariedade, agir e lutar contra o racismo no nível molecular e molar. O negro, segundo o autor (1968), também em níveis micro e macro políticos ativam a desalienação através da luta pela reversão da violência do racismo e na construção de pertencimentos. Ambos têm responsabilidade sobre o processo de reversão do racismo, porém de formas diferentes, pois possuem modos-de-ser-no-mundo contextualizados em



níveis diferentes na implicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – POR UMA VIDA MENOS MEDIÓCRE

A partir das reflexões de Sartre sobre a relação do sentimento de propriedade com a manutenção da lógica racista, podemos concluir que a análise das apropriações territoriais é fundamental. A questão da propriedade atua como um vetor de produção e permanência do racismo e da exclusão do negro. O modo como a propriedade foi se configurando ao longo da história brasileira é um meio de perceber como se constituiu a indevida exclusão da população negra, através de políticas que não promoveram o pertencimento e a integração. Os negros eram propriedade e não poderiam ser donos de propriedade. Essa lógica teve permanências históricas mesmo após a Abolição formal. Com tantas dificuldades, entraves e violências, a ideia da meritocracia, que coloca brancos e negros partindo do mesmo lugar histórico, não se sustenta.

A ocupação territorial do negro no Brasil, através de políticas afirmativas por exemplo, poderia desenvolver a experiência do viver-com, do estar-com-o-outro-no-mundo, o habitar-com; estabelecendo alterações situacionais provocadoras de quebras de modos opressores e dominantes de relação social. A regulamentação de áreas quilombolas é um exemplo de reconhecimento do direito à propriedade da população negra e de seus antepassados. O território a ser reconhecido como pertencente ao povo negro faz com que toda a população brasileira seja convocada a reconhecer a existência e a legitimidade do direito a propriedade do povo negro.

Na conquista da igualdade, o grupo negro deve ter direito à terra “*brasilis*” enquanto o grupo branco deve respeitar esse direito à terra, reconhecer esse direito e engajar-se nessa mudança ao lado de seu semelhante que tem a pele mais escura e necessita há séculos habitar legitimamente o seu país. Para que o branco possa desalienar-se de sua condição privilegiada e opressora é necessário a escolha por uma via não medíocre, não odiosa, não dominante. O negro deve construir seus modos de pertencimento e ocupação do território negando os mecanismos colonizadores racistas na contemporaneidade. São ambos processos de desalienação, porém existem as especificidades; sendo a experiência branca o escolher deixar de ser racista e a do negro impor-se.

## Referência Bibliográficas

Arantes, M. A., (2011) *Sartre e o Humanismo Racista Europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon* Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 382-409 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a14v13n27.pdf> acessado em 04 2018

Chaui, M.,(2014) *A ideologia da competência.*, Fundação Perseu Abramo/ Autêntica, São Paulo, 2014

\_\_\_\_\_, *Convite à Filosofia*, Ática, São Paulo, 2000.

Fanon, F., (2008) *Pele Negra Máscaras Brancas*, trad. Renato da Silveira, EDUFBA: Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_, (1968) *Os Condenados da Terra*, trad. José Laurênio de Melo, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira,

1968.

Gouvêa, E. R., (2016) Mudança na Dinâmica Social e Produtiva de Comunidades Rurais Negras em um Contexto de Transformações Produtivas e Disputas pelo controle do território . O Caso da Comunidade do Carumbi, Campos dos Goytacazes(RJ). Dissertação de mestrado em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

Lara, S. H., (1988) Campos da Violência: Escravos e Senhores nas Capitânicas do Rio de Janeiro, 1750-1808, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, 399 p.

Lima, L. L. G., (1981) Rebelião Negra e Abolicionismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

Maia, K. S., Zamora, M.H., (2017) Branquitude e pesquisa sobre racismo no Brasil, rev. Científica da Universidade de Mindelo, VOL. 5 (1) 2018 p. 137-153. Disponível em: <https://uni-mindelo.edu.cv/revistaum/index.php/edicoes>

\_\_\_\_\_, (2018) O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo, **Psicologia Clínica.**, Rio de Janeiro, vol. 30, n.2, p. 265 – 286, 2018 Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso)

Monnerat, T. C. C., (2012) Como libertar os escravos? Debates políticos sobre a abolição no Vinte e Cinco de Março - Jornal abolicionista em Campos dos Goytacazes, 1884-1888, Anais do XV Encontro Regional de Historia da AMPUH – Rio, 2012, Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338306542\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh-TanizeMonnerat.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338306542_ARQUIVO_artigoanpuh-TanizeMonnerat.pdf) Acessado em 04 2018.

Moretto, M. A., (2009) Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins/ Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2009.

Ribeiro, R. M., (2012) O Negro e seu Mundo, Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893), Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação Do Centro de Ciências do Homem , Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012

Ribeiro, Y. G., (2001) Os limites da reforma agrária e as fronteiras religiosas: os dilemas dos remanescentes de quilombos do Imbé – RJ, Dissertação de mestrado, departamento de Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Bibeiro, 2001

Santos, J. R., (1984) O que é Racismo, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

- Sartre, J-P, (2002) *Crítica da razão dialética*, trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, DP&A ed. Rio de Janeiro, 2002
- \_\_\_\_\_, (1960) *Reflexões sobre o racismo*, Trad. J. Guinsburg, Difusão Européia de Livro, São Paulo, 1960, 149 p.
- \_\_\_\_\_, (1943/2007) *O Ser e o Nada*, - Ensaio de ontologia fenomenológica f Jean-Paul Sartre; 15 ed., tradução de Paulo Perdigão.- Petrópolis, RJ :Vozes, 1943/2007.
- Schneider, D. R., (2006) *Liberdade e dinâmica psicológica em Sartre*, *Natureza Humana* 8(2): 283-314, jul.-dez. 2006, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v8n2/v8n2a02.pdf> Acessado em 04 2018.
- Schucman, L. V. (2014). *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Silva, M., (2017) *Cotas raciais nas universidades brasileiras e a ideologia da meritocracia*, *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1207-1221, jul./set. 2017, disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/21944> Acessado em: 04 2018.
- Soares, M. S., (2010) *Presença Africana e Arranjos Matrimoniais entre os Escravos em Campos dos Goytacazes (1790-1831)* rev.: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010. Editora UFPR Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24110> Acessado em 04 2018
- Schwarcz, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Vergne, C. M.; Vilhena, J.; Zamora, M. H.; Rosa, C. M. (2015). *A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas*. *Revista Psicologia & Sociedade*, 27(3), 516-528.44